

Esta autorização não obsta à prolação de um despacho excepcional de descongelamento, pelo que, ao abrigo do n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se o descongelamento com carácter excepcional de um lugar para a Divisão de Documentação e Informação Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça.

O presente Despacho produz efeitos a 2 de Novembro de 2007.

4 de Fevereiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus

Despacho n.º 4415/2008

Atento o disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 459/85, de 4 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 97/2006, de 5 de Junho, Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, artigo n.º 2 do Decreto-Lei n.º 123/2005, de 3 de Agosto e em conformidade com o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 29/2004, de 6 de Fevereiro:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do Despacho n.º 11 539/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 12 de Junho de 2007, determino a prorrogação do contrato administrativo de provimento, até 31 de Julho de 2008, do Eng.º Pedro Manuel Silva Esteves Pereira para continuar a desempenhar as funções de Adido Técnico na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, com efeitos a partir de 3 de Fevereiro de 2008.

25 de Janeiro de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, *Manuel Lobo Antunes*.

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Despacho n.º 4416/2008

Nos termos do disposto na alínea *f*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, é o Senhor Carl Viggo Axelssen exonerado, a seu pedido, do cargo de Vice-Cônsul Honorário de Portugal em Kristiansand, Noruega.

6 de Fevereiro de 2008. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga*.

Gabinete de Organização, Planeamento e Avaliação

Despacho n.º 4417/2008

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, e do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma, que criou o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, abreviadamente designado por GPEARI, foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 33/2007, de 29 de Março, definindo a respectiva missão e atribuições, bem como o tipo de organização interna, consubstanciada no modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 367/2007, de 30 de Março, foi determinada a estrutura nuclear do GPEARI e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Através da Portaria n.º 389/2007, de 30 de Março, foi fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do GPEARI.

Neste contexto e com vista a garantir o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Isabel Maria Fonseca Ferreira, Inspectora Superior da carreira de Inspector Superior, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão da Unidade Funcional de Estratégia e Avaliação, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos da referida unidade flexível, conforme decorre da nota curricular anexa.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2008.

28 de Janeiro de 2008. — A Directora-Geral, *Patrícia Salvação Barreto*.

ANEXO

Nota Curricular

Elementos de identificação:

Isabel Maria Fonseca Ferreira, nascido a 28 de Março de 1963, residente em Estoril, inspectora superior do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais.

Habilitações académicas e profissionais:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, concluída em 1987, com média final de 12 valores;

Diploma de Especialização em Qualidade Total na Administração Pública, com média final de 16,5 valores, do Instituto Nacional de Administração (concluído em Fevereiro de 2007);

Frequência do Diploma de Especialização em Liderança e Gestão de Pessoas, do Instituto Nacional de Administração (2007);

Formadora certificada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (desde 2003);

Curso de Especialização em Estudos Europeus, com média final de 15 valores, do Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa (concluído em 1994)

Frequência de diversas acções de formação, seminários, congressos e colóquios nas diversas áreas de Direito Administrativo, Auditoria, Gestão Pública e organizacional, Recursos Humanos, Liderança e comportamental.

Experiência profissional:

De 1 de Dezembro de 2006 a 29 de Janeiro de 2008 — Gabinete de Sua Exa. a Ministra da Cultura — Destacada para desempenhar funções de apoio técnico especializado no Gabinete, tendo em vista a concretização dos trabalhos decorrentes do PRACE, designadamente todo o processo legislativo, bem como outros estudos ou trabalhos directamente relacionados com este Programa;

Desde 1 de Agosto de 2006 — Inspeção-Geral das Actividades Culturais — Inspectora superior da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, por transferência, afecta à Divisão de Inspeção e Gestão;

De 1 de Novembro de 2000 a 31 de Julho de 2006 — Inspeção-Geral da Administração Pública — (Ministerial das Finanças e da Administração Pública) — Inspectora superior com funções de coordenação desde Fevereiro de 2002 até Julho de 2006, na categoria de inspectora principal de 1 de Novembro de 2000 a 31 de Março de 2004 e na categoria de inspectora superior desde 1 de Abril de 2004. Durante todo esse período esteve afecta aos Serviços de Inspeção e Auditoria;

De Maio 1997 a Outubro de 2000 — Direcção-Geral das Autarquias Locais — Técnica superior principal da carreira técnica superior, de nomeação definitiva desde 11 de Agosto de 1999. Anteriormente desempenhou funções de técnica superior em regime de contrato de trabalho a termo certo. Esteve afecta à Direcção de Serviços Jurídicos e à Divisão de Estudos e Articulação Sectorial da Direcção de Serviços de Modernização e Dinamização Administrativa;

Entre 1996 e 1997 — Direcção-Geral do Tribunal de Contas — Desempenhou funções de técnica superior em regime de contrato de trabalho a termo certo, no sector de fiscalização sucessiva à Administração Local;

Entre 1988 e 1995 — Câmara Municipal de Cascais — Desempenhou funções de técnica superior em regime de contrato de trabalho a termo certo e posteriormente em regime de prestação de serviços. Esteve afecta como jurista à Divisão de Trânsito e Transportes Públicos, à Divisão de Assuntos Jurídicos e à Divisão de Assuntos Metropolitanos e Comunitários.

Funções de maior relevo:

Apoio técnico especializado ao Gabinete da Ministra da Cultura, no âmbito do PRACE, designadamente todo o processo legislativo decorrente da concretização deste Programa ao referido Ministério, bem como acompanhamento da sua implementação e demais trabalhos ou estudos directamente relacionados com esta matéria;

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Ministério da Cultura (cf. Despacho n.º 30/2005, de 16 de Novembro do Presidente da Comissão Técnica do PRACE);

Apoio técnico especializado à Comissão Técnica do PRACE;

Representou a Inspeção-Geral da Administração Pública no Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO) no âmbito da Avaliação do 2.º ciclo a Portugal pelo Conselho da Europa (2005);

Integrou Grupo de Trabalho sobre Áreas de vocação do Estado (funções do Estado) do Ministério das Finanças em representação da Inspeção-Geral Administração Pública (2003);